

Futuros policiais penais participam de capacitação promovida pela CGE

20/01/2025

CGE

A Controladoria-Geral do Estado (CGE) está colaborando com a formação de futuros policiais penais e com a capacitação de gestores de unidades prisionais do Paraná. São cerca de 500 aprovados em concurso públicos, e já empossados no cargo, que participam do Curso de Formação da Polícia Penal do Paraná. Palestras sobre prevenção e enfrentamento a assédio moral e sexual em ambiente de trabalho foram ministradas na semana passada para 300 participantes do curso, em Curitiba, e para 200 em Londrina.

O coordenador de Ouvidoria da CGE, Yohhan Souza, e a servidora Juliane de Oliveira, da Coordenadoria de Integridade e Compliance, foram aos auditórios em que os alunos estão recebendo o treinamento. Eles orientam sobre quais atitudes são caracterizadas como assédio e os procedimentos de acolhimento às vítimas e da efetivação da denúncia.

“As palestras conduzidas pelos servidores da CGE representam o compromisso com a construção de espaços cada vez mais éticos, respeitosos e saudáveis para todos. Nosso objetivo é promover o diálogo e a informação, fortalecendo a cultura de integridade e respeito no serviço público”, afirmou Leticia Ferreira da Silva, controladora-geral do Estado do Paraná.

CAPACITAÇÃO – A Polícia Penal do Paraná administra 40 penitenciárias no Estado e mais 79 cadeias públicas, o que demanda contratações de serviços e produtos em grandes quantidades. Elas abrigam perto de 40 mil pessoas privadas de liberdade e monitoram 15 mil que usam tornozeleiras eletrônicas.

“Essa capacitação nos permite aprimorar nossos procedimentos e atender cada vez mais as necessidades dos policiais, das pessoas privadas de liberdade e da sociedade como um todo. Buscamos a excelência em nossos processos e a CGE é nossa parceira”, afirmou o vice-diretor da PPPR Maurício Ferracini.

A capacitação sobre processos administrativos foi direcionada a gestores das unidades penais e realizada na sexta-feira. O objetivo foi dar mais segurança aos profissionais na condução de processos administrativos disciplinares e de

responsabilização de pessoas jurídicas, comissões, sindicâncias e termo de ajuste de conduta (TAC). O coordenador de Corregedoria da CGE, Daniel Dalacqua, e o servidor da área Conrado Schramme, explicaram os procedimentos determinados pela lei estadual 20.656/2021.

“O cuidado com o dinheiro público é fundamental, e, em casos de empresas que entregam produtos de qualidade inferior ao contratado, é necessário que a situação seja denunciada e investigada. A responsabilização pode recair não apenas sobre as pessoas jurídicas, mas também sobre servidores envolvidos com dolo ou culpa, conforme a conduta em cada contrato da PPPR, como aquisição de viaturas, armamentos, alimentação para os apenados, entre outros”, explica o corregedor-geral da PPPR, Deivid Alessandro Inácio Duarte.

Também participaram corregedor adjunto da PPPR, Caio Pivovarski; e a diretora da Espen (Escola de Formação e Aperfeiçoamento Penitenciário (Espen), Josiane Scremin.

Palavras-chave

capacitação, corregedoria, compras, contratações, compliance, assédio